



Agroecologia: Potencializando os papéis das mulheres rurais

FABIANA DA SILVA ANDERSSON

Universidade Federal de Pelotas

NÁDIA VELLEDA CALDAS

Universidade Federal de Pelotas

CATIA GRISA

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

RESUMO

O artigo analisa se e como a agroecologia potencializa os papéis das mulheres rurais, em sua maioria agricultoras, dos municípios de Arroio do Padre e São Lourenço do Sul (RS). Por meio da realização de entrevistas em profundidade e da observação participante, o artigo analisa as percepções dessas mulheres a respeito das realidades por elas vivenciadas tanto no âmbito produtivo (lavoura) como reprodutivo (doméstico). É importante destacar que, em Arroio do Padre, há um processo incipiente de “agroecologização”, ou seja, as unidades familiares encontram-se nos níveis iniciais da transição agroecológica. Já em São Lourenço do Sul, observou-se que essas mulheres atuam na agroecologia há mais de 40 anos. Estas distintas trajetórias conferem percepções de mundo diferenciadas entre os dois contextos sociais. Enquanto para as interlocutoras de Arroio do Padre a agroecologia pouco interfere em suas escolhas dentro e fora de casa, já para as entrevistadas de São Lourenço do Sul é essencial no repensar das relações estabelecidas no lar e no seu entorno, especialmente nos assuntos que tangem aos mercados e a sua valorização enquanto “agricultora”.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Empoderamento. Gênero.

AGROECOLOGY: LEVERAGING THE ROLES OF RURAL WOMEN

ABSTRACT

The paper analyze whether and how agroecology enhances the roles of rural women, mostly farmer's, in *Arroio do Padre* and *São Lourenço do Sul* cities. By conducting in-depth interviews and participant observation, the article analyzes the perceptions of these women about the realities experienced by them both in the productive sector (agriculture) and reproductive (domestic). It is important underline that, in *Arroio do Padre*, there is an incipient process of "agroecologização", that is, households are in the early levels of the agro-ecological transition. In *São Lourenço do Sul*, it was observed that these women have worked in agro-ecology for more than 40 years. These different paths provide world perceptions differentiated between the two social contexts. While for the interlocutors of *Arroio do Padre* agroecology few interfere in their choices within and outside the home, for the respondents of *São Lourenço do Sul*, it is essential to rethink the relations established at home and its surroundings, especially in issues about markets and their role as "farmer".

Key words: family farming; empowerment; gender.

AGROECOLOGÍA: POTENCIANDO LOS PAPELES DE LAS MUJERES RURALES

RESUMEN

El artículo analiza si y cómo la agroecología potencia los papeles de las mujeres rurales, en su mayoría agricultores, de las ciudades de *Arroyo Padre* y *São Lourenço do Sul* (RS). Mediante la realización de entrevistas en profundidad y observación participante, el artículo analiza las percepciones de estas mujeres acerca de las realidades experimentadas por ellas tanto en la esfera productiva (agricultura) y reproductiva (doméstica). Es importante destacar que, en la ciudad de *Arroio do Padre*, hay un incipiente proceso de "agroecologização", es decir, las unidades familiares están en los primeros niveles de la transición agroecológica. Ya en la ciudad *São Lourenço do Sul*, se observó que estas mujeres trabajan en la agroecología a más de 40 años. Estos distintos caminos proporcionan diferentes percepciones del mundo en los dos contextos sociales estudiados. En cuanto a las interlocutoras de *Arroio do Padre*, es poca la interferencia de la agroecología en sus decisiones dentro y fuera del hogar. Para las encuestadas en *São Lourenço do Sul*, la agroecología es esencial para replantear las relaciones que se establecen en el hogar y su entorno, especialmente en cuestiones que conciernen a los mercados y su valoración como "agricultora".

Palabras-clave: agricultura familiar; empoderamiento; género

Em grande medida, o cenário de desvantagem vivenciado por parcela significativa dessas mulheres ganhou expressão durante a “modernização conservadora” da agricultura (GRAZIANO DA SILVA, 1982). Neste período, as práticas agrícolas mais tradicionais e focadas nas necessidades de manutenção dos integrantes da família incorporaram os pacotes tecnológicos próprios da Revolução Verde (mecanização, insumos químicos, sementes modificadas, etc.), vistos como poupadores de mão de obra. Tal situação, além de potencializar somente aqueles agricultores e agricultoras capitalizados – com potencial de retorno dos investimentos –, promoveu o gradual distanciamento das mulheres das práticas agrícolas. Conforme as novas tecnologias adentravam às lavouras e aos espaços rurais, as mulheres eram, cada vez mais, relegadas à esfera doméstica – reforçando sua retórica exclusão não apenas dos espaços decisórios, mas, principalmente, dos sistemas produtivos (lavoura e mercados) (BRUMER, 2004; GRAZIANO da Silva, 1982).

No entanto, a partir dos anos 1970-80, o modelo de desenvolvimento agrícola/rural pautado no crescimento econômico/industrial e nas tecnologias “modernas” começou a ser questionado. Os movimentos de agricultura alternativa passaram a reivindicar formatos tecnológicos de agricultura que reconhecessem e preconizassem os saberes das comunidades locais (BRANDERBURG, 2003) e, neste sentido, a agroecologia foi despontando como um modelo de agricultura, de ciência e de movimento social (WEZEL *et al.*, 2009). Mais do que técnicas produtivas, a agroecologia passou a reivindicar processos de geração de “autonomia” (PLOEG e LONG, 1995) e empoderamento dos agricultores familiares. Nesse processo, não apenas o rural foi “revisitado”, mas também a importância do papel feminino nos ambientes produtivos e reprodutivos tornou-se alvo de debates e discussões.

De acordo com Siliprandi (2009), a agroecologia prevê o equilíbrio nas relações entre homens e natureza, bem como a equidade¹ desde o âmbito ecológico até o ético². Nessa perspectiva, suas propostas de agricultura (protagonizadas por homens e mulheres) e de desenvolvimento rural também são dialogadas e construídas no sentido “de baixo para cima” (SILIPRANDI, 2009, p. 102) – na emancipação dos grupos sociais marginalizados econômica, social, política e culturalmente ao longo da história da humanidade, entre os quais as mulheres tem maior destaque (SILIPRANDI, 2009, p. 107).

1 No que tange à equidade agroecológica, é importante ressaltar que, para Gliessman (2002), a mesma preconiza maior equivalência entre as pessoas em termos de poder econômico, titularidade da terra, acesso ao conhecimento técnico, controle dos recursos agrícolas, dentre outros. Do mesmo modo, para Caporal e Costabeber (2002), indica menor desigualdade em termos de ativos, capacidades e oportunidades.

2 Aqui nos referimos às seis dimensões da sustentabilidade apresentadas por Caporal e Costabeber (2002), quais sejam, ecológica, econômica, social, cultural, política e ética.

Assim, o artigo busca analisar se e como a agroecologia potencializa os papéis das mulheres rurais, em sua maioria agricultoras, dos municípios de Arroio do Padre (RS) e São Lourenço do Sul (RS), notadamente, no que tange à valorização delas enquanto “mulheres” nos espaços rurais.

Visando atender ao objetivo proposto, o artigo foi organizado em outras três seções. A primeira, apresenta a metodologia da pesquisa e algumas características dos universos sociais pesquisados. A seguinte, busca evidenciar as peculiaridades de cada uma das interlocutoras da pesquisa, tanto no âmbito produtivo como reprodutivo. Por fim, serão conduzidas as considerações finais.

2 OS CAMINHOS E AS ESCOLHAS DA PESQUISA

Como comentado acima, a pesquisa foi realizada nos municípios de Arroio do Padre e São Lourenço do Sul, que apresentam trajetórias de territorialização semelhantes.

Segundo Grandó (1989), com o término do regime escravocrata, o governo imperial implementou políticas para colonizar o território brasileiro, sendo que foi no Estado do Rio Grande do Sul que tal política logrou seu verdadeiro impulso, recebendo imigrantes europeus das mais diversas regiões. No caso dos municípios em análise (da Serra dos Tapes³, onde se localizam), a chegada dos imigrantes, principalmente de origem germânica, alterou significativamente a estrutura organizacional da região (BECKER, 2010). Até então direcionadas notadamente à exploração extensiva de bovinos de corte, as propriedades passaram a se organizar em pequenas explorações (trabalho familiar e diversidade produtiva), próprias do que hoje se reconhece por agricultura familiar⁴ (BECKER, 2010).

Inicialmente, os imigrantes que ali chegaram direcionaram seus cultivos à diversificação para atender, primeiramente, às necessidades imediatas das famílias. Os excedentes eram comercializados (ou trocados) em mercados de proximidade. Com o tempo, esses imigrantes, já identificados como agricultores, reduziram seus cultivos diversificados e engendraram esforços no monocultivo da batata inglesa que, logo, cedeu lugar ao fumo, visto atualmente como carro chefe de grande parte das propriedades rurais⁵.

Na produção tabagista, trabalham famílias inteiras, desde os mais jovens até os de idade mais avançada, sendo que cada um, conforme o sexo e a geração, possui atividades específicas. Embora o cultivo do fumo tenha significativo

3 Segundo Salamoni e Waskiewicz (2013, p. 75), a Serra dos Tapes “compreende a região serrana dos municípios de Canguçu, Pelotas e São Lourenço do Sul” e apresenta relevo significativamente íngreme e coberto por densa vegetação.

4 É válido esclarecer que, neste trabalho, a agricultura familiar é compreendida como uma forma social de produção e modo de vida cujos traços construtivos estão próximos àqueles estudados por Gasson e Errington (1993, p. 20), em que: “a) a gestão é feita pelos proprietários; b) os responsáveis pelo empreendimento estão ligados entre si por laços de parentesco; c) o trabalho é fundamentalmente familiar; d) o patrimônio pertence à família; e) o patrimônio e os ativos são objeto de transferência intergeracional no interior da família e, finalmente, f) os membros da família vivem na unidade produtiva”.

5 Bonato (2013), a partir de estudo realizado com o público beneficiado pela Chamada Pública de ATER para a Diversificação nas Áreas de Cultivo de Tabaco, elucida que o fumo representa, nos dias de hoje, aproximadamente, 77% e 46% do Valor Bruto do Produto (VBP) dos municípios de Arroio do Padre e São Lourenço do Sul. É interessante destacar que, embora a importância do fumo nos municípios analisados, a área destinada ao seu plantio é significativamente reduzida. Conforme os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), área plantada de fumo (em folha) ocupa, 13% da área total dos estabelecimentos da agricultura familiar de ambos os municípios.

peso no universo analisado, muitas propriedades ainda mantêm as práticas da produção para o autoconsumo, da distribuição dos excedentes entre vizinhos e familiares e da comercialização de alguns produtos nos mercados locais⁶.

Conforme esclarece Schneider (2014), embora a agricultura de base ecológica e o cultivo do fumo sejam usualmente percebidos como pertencentes a polos opostos, não raro são encontrados como atividades complementares em uma mesma propriedade rural – situação esta que, de certo modo, se expressa-se nas unidades analisadas neste estudo. A agroecologia despontou na região, ainda na década de 1980, como uma forma de (re)inserir os agricultores em uma lógica de produção de alimentos sem o uso de agrotóxicos. Sobre este assunto, Pinheiro (2010) esclarece ser bastante usual entre os agricultores familiares o discurso de diversificação, geralmente relacionado não somente aos cultivos de base ecológica⁷, mas, sobretudo, à ressignificação da horta, tida, em grande medida, como espaço de segurança e soberania alimentar.

É nesse contexto que se insere este trabalho, cuja problemática consiste em analisar se e como a agroecologia modifica os papéis atribuídos às mulheres e as relações sociais que conformam as esferas da produção e da reprodução. Visando aprofundar este objetivo, a metodologia do estudo foi de natureza qualitativa, tendo como técnicas empregadas as entrevistas em profundidade, a pesquisa bibliográfica e documental, a observação participante e a caderneta de campo, as quais possibilitaram apreender a amplitude das percepções presentes nas falas e atitudes das entrevistadas.

Metodologicamente, para focalizar e selecionar trajetórias para a investigação, a pesquisa selecionou as mulheres pertencentes à Cooperativa Sul Ecológica de Agricultores Familiares Ltda.⁸ (doravante Cooperativa Sul Ecológica), especialmente as mulheres agricultoras pertencentes ao grupo Faxinal (São Lourenço do Sul/RS), e o Grupo de Mulheres assistido pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater, no Município do Arroio do Padre. Nesses grupos, a escolha das interlocutoras não foi aleatória. A partir de uma pesquisa exploratória, do diálogo com informantes-chave⁹ e de conhecimento prévio da realidade, selecionou-se, dentro dos dois grupos de agricultoras, aquelas representativas de cada contexto social.

No total foram realizadas dez entrevistas entre agosto de 2012 e dezembro de 2013, sendo cinco no Município de

6 Tendo-se por norte a produção comercializada pelo universo empírico da pesquisa, há que se destacar que a expressão mercados locais se refere, especificamente neste trabalho, às feiras livres e aos mercados institucionais, a exemplo do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

7 Conforme dados do Censo Agropecuário de 2006 (IBGE, 2006), dos 507 estabelecimentos rurais no município de Arroio do Padre, somente 06 empregavam técnicas da agricultura orgânica. Já no município de São Lourenço do Sul, dos 4327 estabelecimentos rurais, 78 utilizavam a agricultura orgânica. Apesar da importância atribuída a estas informações, é válido destacar que, de acordo com os dados obtidos junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a partir do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos (BRASIL, 2015), há nestes municípios, nos dias de hoje, o total de 15 e 60 agricultores certificados como “orgânicos”, respectivamente.

8 Segundo Andersson *et al.* (2013), a Cooperativa Sul Ecológica, desde o ano de 2001, quando foi criada, assiste um número expressivo de agricultores e agricultoras familiares de base ecológica nos municípios de Arroio do Padre, Canguçu, Cerrito, Pelotas, Herval, Morro Redondo, São Lourenço do Sul e Turuçu. Seu ideal de trabalho se embasa, em grande medida, nos princípios da agroecologia, a fim de promover processos de transição agroecológica.

9 Aqui referimo-nos aos técnicos e mediadores que atuam diretamente com estes grupos, tanto no que se refere ao trabalho de assessoria técnica, quanto relativo à mediação social.

Arroio do Padre (representando um universo de 18 mulheres integrantes do grupo) e cinco em São Lourenço do Sul. Neste último caso, como o grupo de mulheres era pequeno, optou-se por entrevistar todas elas. É importante destacar que o número de entrevistas foi realizado com base no ponto de saturação, ou seja, o ponto a partir do qual as informações começaram a se repetir, sem acréscimo de dados e informações que alterassem a compreensão estabelecida sobre o fenômeno estudado (THIRY-CHERQUES, 2009).

Todas as entrevistas foram registradas com auxílio de gravador e tiveram o consentimento prévio das entrevistadas, sendo posteriormente transcritas e analisadas, a partir de categorias analíticas que permitem compreender as dinâmicas no âmbito produtivo e reprodutivo, e que expressam as relações de gênero. Cabe ressaltar que, no decorrer da discussão dos resultados, foram empregados codinomes aleatórios como estratégia de preservação das identidades das interlocutoras.

3 AS MULHERES RURAIS DO SUL GAÚCHO

[...] Sabem quem é a mulher rural? A mulher rural de verdade, vamos dizer assim, é aquela que nasceu na roça, se criou na roça e mora na roça. Ela casou na roça, com uma criatura que pensa igual ao pai dela, e vive ali. Que visão de mundo tem essa criatura? (E. Carmem, Arroio do Padre, set./2012).

O depoimento da interlocutora Carmem toma posição de epígrafe, pois assume papel estratégico para enunciar o que será discutido ao longo dessa subseção. Embora sua afirmação imprima certa aspereza e reduza a importância da mulher rural, ao mesmo tempo aponta para uma série de questões que serão trazidas à tona na sequência das discussões e relatos. Sua fala não está distante da realidade cotidiana das mulheres rurais que residem nos municípios de Arroio do Padre e São Lourenço do Sul. Conforme observações e análise da pesquisa de campo, parcela significativa realmente nasceu, foi criada, casou e permanece residindo em propriedades rurais pertencentes à família (delas ou do esposo). A maioria são filhas de agricultores, se casaram com agricultores – ou filhos de agricultores, para aqueles que trabalham em atividades não agrícolas – e têm, de forma geral, a agricultura como preponderante na renda familiar.

No entanto, concordar com tal assertiva significa minimizar a importância dos papéis desempenhados por essas mulheres. Ao afirmar que perpetuam unicamente as visões de mundo próprias dos homens da família, pode-se negligenciar as atuações e interpretações próprias das mulheres e agricultoras. Por este motivo, a proposta que segue é justamente a de discutir e evidenciar a percepção das mulheres rurais, nossas interlocutoras, a fim de visibilizar não apenas a participação na esfera da produção (nas atividades agrícolas), mas também no enfrentamento às discriminações de gênero.

3.1 Mulheres rurais, mulheres agricultoras.

Para compreender a problemática em tela é fundamental retomar, ainda que minimamente, a importância da descendência germânica/pomerana nos processos

de territorialização desses municípios. Sabe-se que os pomeranos que chegaram não apenas conformaram núcleos populacionais, mas, sobretudo, desenvolveram mecanismos de cultivar e de se relacionar com a terra, constituindo os traços elementares da agricultura familiar – gestão e trabalhos realizados pela própria família, vista como a detentora dos recursos e dos meios de produção.

É importante salientar que os imigrantes pomeranos receberam, por parte dos projetos de assentamento do governo imperial, terras isoladas do aglomerado populacional (povoado), extremamente inclinadas/dobradas e sem qualquer infraestrutura (a exemplo de estradas), portanto marginais do ponto de vista da localização e da aptidão agrícola (GRANDO, 1989). Ademais, a língua falada por eles, o *pommersch*, em muito dificultou (e ainda dificulta) sua comunicação com a população local.

Disso resulta que, seja pela dificuldade de socialização, seja pelo isolamento, os descendentes pomeranos, de modo geral, conservaram suas raízes e suas tradições. Para Bahia (2000), esses descendentes mantêm vivos alguns acordos que reafirmam suas ruralidades, seus modos de vida. Entre esses, a autora destaca que “a relação entre o fato de um homem ter uma casa organizada [...] está associada ao bom cumprimento do papel social que cabe à mulher para a manutenção da ordem” (BAHIA, 2000, p. 40). Na perspectiva pomerana, a casa não se restringe às construções de alvenaria, de madeira, mas a todo o entorno aceito como necessário à conformação do lar, como o quintal, a horta, a criação de pequenos animais (considerados como domésticos e, por isso, restritos à esfera privada/feminina) e outros cultivos que podem adentrar a esfera produtiva/masculina, a lavoura/campo. A esse respeito, Bahia (2000) assevera que as mulheres nas comunidades pomeranas, além de assumirem todo o “serviço da casa”, agregam as atividades “próprias” dos homens (a “lide” na lavoura).

O exposto encontra correspondência na maioria das falas das interlocutoras. São raras as entrevistadas que afirmam ser o “serviço de casa” também de responsabilidade dos cônjuges. Salvo algumas exceções – como os maridos auxiliando nos cultivos da horta (lavrando a terra – realizando o “trabalho pesado” diante do “trabalho leve”¹⁰), ou lavando a louça, as roupas e limpando a casa –, são principalmente elas, as filhas e/ou qualquer outro indivíduo do sexo feminino que desempenham as atividades reprodutivas, privadas, do lar, próprias da esfera feminina, como preparar o almoço, fazer o pão, lavar as louças e as roupas, limpar a casa, cuidar

10 Faz-se aqui referência à perspectiva adotada por Paulilo (1987) em que o “trabalho pesado” está associado ao cultivo comercial, majoritariamente executado por homens, e o “trabalho leve” vincula-se às tarefas no âmbito dos cultivos de subsistência, em grande medida, desempenhados pelas mulheres.

dos animais do quintal (aves, porcos, vacas de leite, etc.), da horta (alimentos destinados ao autoconsumo), entre outros.

Todavia, como bem lembra Bahia (2000), as mulheres não desempenham exclusivamente as atividades reprodutivas. Parcela significativa das interlocutoras alega participar ativamente nos trabalhos da lavoura – esfera produtiva –, dentre os quais tem-se o cultivo de fumo¹¹, milho, morango, batata, batata-doce, abóbora, cebola, pepino, beterraba, cenoura, laranja, entre outros típicos “da horta” (esfera reprodutiva) – mediados por processos de transição agroecológica –, mas, que também estruturam a renda familiar.

Na visão de Pinheiro (2010, p. 169), a opção pelos cultivos de base ecológica juntamente ao plantio de fumo incide, sobretudo, no fato deste, o fumo, ser constantemente questionado “quanto as suas reais possibilidades de trazer melhorias para a vida dos agricultores”¹². Nota-se que essa tal complementaridade entre fumo e ecológico expressa, por um lado, um processo “incipiente” de transição agroecológica¹³ (GLIESSMAN, 2002, 2010). Por outro, a progressiva redução na produção do tabaco para a produção agroecológica, promovendo certa reconfiguração nos agroecossistemas e novas relações sociais – situação expressa nas unidades analisadas neste estudo.

Assim, a fim de exemplificar as diferentes fases da transição agroecológica manifestadas nas propriedades analisadas, bem como as dinâmicas decorrentes dessa transição nas relações estabelecidas entre os homens e as mulheres, é que esta seção se divide em dois momentos. O primeiro, tem por intuito apresentar situações em que o fumo ainda se mostra como a principal atividade desempenhada, inclusive, pelas mulheres. No segundo, terão ênfase os casos em que o cultivo do fumo, embora presente, vem perdendo espaço para outros cultivos, notadamente os de base ecológica.

3.1.1 As atuações femininas no universo rural do Município de Arroio do Padre

O Município de Arroio do Padre, assim como o de São Lourenço do Sul, reproduz, até os dias de hoje, grande parte dos *modos de vida* de seus colonizadores pomeranos. Tanto homens como mulheres atuam “ombro a ombro” para construir realidades e ampliar possibilidades em prol da vida familiar.

11 Como a região é reconhecida pela produção tabagista, é possível encontrá-las tratando as mudas, escolhendo e classificando o fumo, entre outras atividades, desde que não envolva o tratamento com agrotóxicos, apreendido como “coisa de homem” – atividade pesada (E. Patrícia, Arroio do Padre, set./2013).

12 O exposto não desqualifica as propostas governamentais de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) para implementar processos de diversificação ao cultivo do tabaco. Muito pelo contrário, as complementa. Para maiores informações sobre a Convenção Quadro, ver Cavalcante (2005).

13 Segundo Gliessman (2002; 2010), esse processo prediz: i) a otimização dos insumos convencionais; ii) a substituição do “pacote químico” pelo “pacote orgânico”; iii) o redesenho dos agroecossistemas; e, iv) a reconexão entre produtores e consumidores.

Como já mencionado, o fumo é um cultivo encontrado com muita frequência nas propriedades rurais de Arroio do Padre, contudo também há os cultivos destinados à alimentação e que transpõe as necessidades meramente alimentares/econômicas dos agricultores familiares. Por exemplo, das cinco propriedades/mulheres entrevistadas, duas ainda tem no fumo o carro chefe da renda familiar. Afirma-se “ainda”, pois esta atividade tem se mostrado estratégica dentro das dinâmicas de reprodução das famílias rurais e porque é visível, ao menos para uma delas, a vontade de reduzir o fumo e ampliar (diversificar) o leque de produtos cultivados. Conforme informado pela agricultora Patrícia, o fumo é um cultivo transitório em sua propriedade, cuja expectativa/tendência é a paralisação. Participante do Grupo de Mulheres da Emater, ela tem por intuito reduzir significativamente o plantio de fumo e investir em outras culturas, especialmente o morango. Afirma a interlocutora:

[...] eu só estou plantando tanto, porque tenho umas contas pra pagar. Por dois anos eu ainda tenho umas contas boas pra pagar. Mas, se nesses dois anos eu conseguir pagar tudo, fico mais tranquila. Aí vou diminuir a plantação de fumo. [...] Eu até pensei em plantar um morango ecológico¹⁴. Porque, assim, eu vou ficar é aqui nos morangos. Vou continuar plantando morango. Eu gosto! Já estou bem por dentro, sei manejar as coisas e tudo. E assim, quem sabe, aos poucos vou deixando o fumo [...]. (E. Patrícia, Arroio do Padre, set./2012)

Nesse relato, é possível observar que a agricultora tem “caminhado” em direção à transição agroecológica, ainda que de uma forma incipiente. Observa-se seu interesse em trocar o cultivo já tradicional do fumo pelo morango, mas sem ampliar a base de cultivos (a opção consiste no monocultivo do morango). Do mesmo modo, sua autonomia frente aos mercados, notadamente ao do morango, é atrelada a um intermediário, geralmente masculino (o vizinho). Quando se refere à comercialização do morango, informa que

[...] o vizinho lá, está levando pro [supermercado] Guanabara. Ele fez uma parceria... A gente fez com o Super[mercado], né. Só que ainda não está dando tanto, porque eles queriam 5 mil quilos por semana. [...] O meu está pouquinho ainda, mas ele já levou mais, ele entrega duas vezes por semana. [...]. (E. Patrícia, Arroio do Padre, set./2012)

14 De acordo com a lei federal n.º 10.831/2003, a qual dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências, em seu art. 1º, parágrafo 2º, expressa que “o conceito de sistema orgânico de produção agropecuária e industrial abrange os denominados: **ecológico**, biodinâmico, natural, regenerativo, biológico, **agroecológicos**, permacultura e outros que atendam os princípios estabelecidos por esta Lei”. Ademais, no art. 2º, expressa que se considera “produto da agricultura orgânica ou produto orgânico, seja ele **in natura** ou processado, aquele obtido em sistema orgânico de produção agropecuário ou oriundo de processo extrativista sustentável e não prejudicial ao ecossistema local” (BRASIL, 2003 – destaques nossos).

Apesar de dominar todas as etapas ligadas à produção do morango, ela não determina as decisões (escolhas) sobre a inserção do seu produto junto aos mercados (e este processo é intensificado no caso da produção do tabaco). No momento da comercialização do morango, a mediação entre o supermercado e Patrícia é realizada pelo vizinho, haja vista que, na visão dela, a produção dele é bem maior.

Por outra parte, é importante destacar que a agricultora administra a renda gerada na propriedade, o que se torna especialmente relevante em se tratando de um contexto em que a gerência sobre as decisões produtivas e econômicas, tradicionalmente, fica a cargo dos homens. Neste caso, o fato do esposo ter seu exercício profissional fora da propriedade e da agricultura (funcionário público) explica a legitimidade assumida por ela na esfera produtiva (reconhecida como masculina). No entanto, isto não reflete sobre a posição do cônjuge no que se refere ao espaço reprodutivo. Segundo seu relato, ele pouco atua nas dinâmicas domésticas.

[...] ele sai bem cedo de manhã. Aí, de tarde, ele tá em casa e **me ajuda na lavoura e aqui em casa**. [...] tem que fazer o almoço, tem que limpar, tem [...]. Lavar roupa não, mas louça ele lava. Muitas vezes, no sábado à noite eu aproveito, lavou roupa para não ter tanto durante a semana. Aí, ele lava a louça. **É só dizer que ele lava**, sem problema. (E. Patrícia, Arroio do Padre, set./2012 – grifos nossos)

Diante do exposto, percebe-se que tanto na esfera produtiva como reprodutiva, seu cônjuge assume papel de “ajudante” – “meu marido ajuda de tarde”, diz Patrícia quando se refere às atividades relacionadas ao cultivo do fumo. No entanto, nas atividades estritamente domésticas, como aquelas realizadas “em casa”, ele apenas auxilia quando solicitado, lavando, limpando, cuidando, etc.

Para Bourdieu (2012, p. 18), as relações entre homens e mulheres, tanto dentro como fora da morada, são determinadas pela divisão social do trabalho que, segundo o autor, “funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça”. Quer dizer, é uma

[...] distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos; é a estrutura do espaço, opondo o lugar de assembleia ou de mercado, reservados aos homens, e a casa, reservada às mulheres; ou, no interior desta, entre a parte masculina, com o salão, e a parte feminina, com o estábulo, a água e os vegetais. (BOURDIEU, 2012, p. 18)

As afirmações de Bourdieu (2012) são também representativas nas relações existentes entre a agricultora Carmem e seu cônjuge. De acordo com ela, seu esposo participa das atividades da esfera reprodutiva, no entanto, não raras vezes, Carmem garante haver conflitos entre eles a respeito das responsabilidades sobre a execução de tais tarefas.

[...] é que o homem da roça acha que manda na casa, né, então, se bate de frente, [...] aqui, [...] se bate de frente legal, [...] de vez em quando dá uma agitada nas coisas, [...] mas aqui sou eu, aqui sou eu [...]. (E. Carmem, Arroio do Padre, set./2012)

Soma-se aos percalços da agricultora no lar – diálogos “duros” entre ela e o cônjuge –, os que tocam à esfera produtiva. Há na propriedade de Carmem a opção pelo cultivo do fumo. Na visão dela, “não tem nada que dê mais que o fumo, [...] não posso parar de plantar fumo, se não, não tenho dinheiro” (E. Carmem, Arroio do Padre, set./2012). Ainda assim, vê na diversificação dos cultivos a grande possibilidade de incrementar a renda familiar e também de compartilhar conhecimentos com outros indivíduos para além da esfera familiar – cooperativas, associações, sindicatos, entre outros.

¹⁵ COOPAP – Cooperativa dos Agricultores de Arroio do Padre.

[...] Por que que o fumo faz o sucesso que faz? Por que o instrutor vem em casa, porque o instrutor te atende pelo telefone, porque o instrutor resolve todos os teus problemas. O financeiro, que é um dos problemas mais graves da colônia, ele também resolve, resolve tudo. O agricultor não precisa sair de dentro de casa. E o que que acontece com ele? Ele fecha né. Ao invés de abrir os horizontes e enxergar mais longe, ele fecha. Agora com essa fechada [restrição] das indústrias de fumo, diminuído a produção, selecionado os fumicultores, com essa questão do governo de dar uma parada né. Tem que diversificar. Tão abrindo desses canais, assim, de mostrar que as pessoas possam diversificar. [...] Eu participo do grupo. A gente tem que ter essas correntes pra trabalhar, porque quando a gente não tem experiência assim desse tipo de plantar [morango]. Nós estamos plantando pra cooperativa¹⁵ também. Então a gente tá começando a plantar temperos. [...] A cooperativa é assim ó, [...] ainda tá trabalhando com a merenda escolar, com essas coisas. Aí, quando tem uma licitação, uma chamada, aí então eles procuram o produto, então tu tem que ter o produto [...]. Eu sou a segunda secretária [...]. (E. Carmem, Arroio do Padre, set./2012)

É importante destacar que a entrevistada também participa ativamente das reuniões organizadas pela Emater sobre a produção de base ecológica no município (Grupo de Mulheres). No entanto, acredita ser essa produção permeada por certos entraves. Segundo informa a interlocutora,

[...] a gente sabe que o ecológico é mais caro [...]. Sabe que agrega valor, que modifica [...]. Mas, e aí? [...] Se tem incentivo do governo, tem que haver também uma facilitação nessas leis, [...] uma maneira das coisas serem mais fáceis [...] Tinha um projeto do governo federal pra diversificação da cultura do fumo [...]. Eu adoro galinha poedeira [...]. Bom, aí eu fui [...]. Vou fazer um aviário padrão, vou fazer a classificadora e vou vender o ovo direitinho, como tem que ser. [...] Aí fui procurar o caminho [...]. Fui na Engenheira da Prefeitura [...]. Aí, ela veio aqui e disse: não pode ser aqui, tem que ser 50m de área alagada, 50m de mato, 50m de APP, 50m não sei de quê. Ai eu disse: eu vou fazer o galinheiro em cima da cabeça? (E. Carmem, Arroio do Padre, set./2012)

Diante disso, pode-se apreender que a aproximação da interlocutora Carmem ao grupo de mulheres da Emater ocorre, em grande medida, em relação à compreensão sobre a agroecologia, mas a partir de uma visão bastante parecida às percepções masculinas (produtivas, geração de lucros, etc.). Sobre esse tema, Ferreira (2007) adverte que, nos casos em que as mulheres adotam as hierarquias de gênero e deliberam a respeito dos sistemas produtivos (lavoura e mercados), geralmente assumem as identidades masculinas da função.

Assim, o que se percebe a partir dos casos acima apresentados (Patrícia e Carmem) é que a opção pela produção de base ecológica segue a mesma lógica da produção de fumo. Quer dizer, relaciona-se, em maior grau, às questões econômicas.

Avançando na análise da organização social e produtiva das famílias entrevistadas de Arroio do Padre, tem-se o caso das propriedades em que o fumo já não mais figura na sua estrutura produtiva. Entre essas está a propriedade da agricultora Cristina, que possui como atividades produtivas principais as criações de gado leiteiro e de frango de corte, que seguem a mesma lógica de integração vertical da cadeia do fumo. Cabe destacar que, pelo fato de desenvolver atividades no âmbito da agropecuária, mas fora do estabelecimento, o esposo acaba assumindo o papel de “ajudante” na unidade familiar.

[...] Geralmente quem domina tudo sou eu [esposa]. Ele não bota a mão em dinheiro. [...] Sai no nome dele [os financiamentos]. Mas o dinheiro que ele ganha e o do trabalho, ele traz e entrega pra mim. Quem controla sou eu. [...] Quando ele quer, ele me pede o dinheiro. [...] Então eu sei o que ele vai gastar e o que ele não vai gastar. [...] Sempre foi assim, desde que casamos. (E. Cristina, Arroio do Padre, set./2012)

O excerto evidencia a legitimidade da agricultora sobre a gerência econômica tanto nas questões produtivas, quanto nas reprodutivas. É ela quem decide sobre as produções e cultivos, sobre os preços e os mercados. Nas suas próprias palavras:

[...] arrumei dois rapazes. Um, eu nem conhecia, não sabia nem com quem eu tava trabalhando pra cuidar [da segurança da propriedade] à noite. E, o outro, era conhecido. Eles são diaristas, porque eu não tenho condições de pagar [assinar] carteira. Então, vem aqui o dia que tem bastante serviço, senão não vem, senão vem um dia sim, outro não. [...] No leite, é só tirar silagem e fazer pastagem pra vacas, mas o leite ele não. [...] O leite é eu e o meu marido, quando ele tá em casa. [...] é tudo com ordenha. Vão no aviário, mas, no leite, não vão nem a pau. (E. Cristina, Arroio do Padre, set./2012)

Também é interessante observar que, além de seu envolvimento com o grupo de mulheres da Emater, Cristina participa ativamente de outras instâncias, como cooperativas, sindicatos, cursos destinados à produção agrícola e não agrícola. Conforme o fragmento que segue,

16 É interessante ressaltar que a antiga horta de Cristina é, nos dias atuais, um campo de futebol.

Quem eu sou? Eu tenho curso de cabelereira, [...] de pintura em tecido, sou boleira [faz bolos para festa], sou doceira e ainda tenho uma quadra de futebol pra vender. [...] Eu já podia ter uma padaria. Mas por falta de gente [...]. O problema é que é muita lei pra legislar. [...] Fiz curso de pizza também. Meu marido e eu. [...] A gente trabalha de comum acordo, tem horas que a gente diz: hoje não dá, mas amanhã dá. [...] Eu participo de exposições de animais. [...] Na Cooperativa Sul Ecológica é ele e eu, na Cooperativa do leite é só eu que sou sócia. Vou a todas as reuniões. [...] Já trabalhei com verduras ali com o CAPA [Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor], com a Sul Ecológica. [...] Só tá me faltando tempo pra seguir nas verduras de novo. (E. Cristina, Arroio do Padre, set./2012)

Apesar de integrante das atividades de comercialização da Cooperativa Sul Ecológica, por meio das quais cultivava¹⁶ hortaliças em conformidade com os sistemas de produção de base ecológica, atualmente, dedica-se à produção de leite e à criação de aves. Dessa forma, percebe-se que a propriedade de Cristina ainda pouco avançou em direção ao redesenho dos agroecossistemas. Tal afirmativa reveste-se de sentido quando direcionamos a atenção às práticas desempenhadas na propriedade. Tanto a pecuária leiteira quanto a criação de frangos de corte seguem os preceitos dos cultivos convencionais – uso de vacinas, emprego de cultivos transgênicos (milho), compra de rações para a alimentação animal, criações intensivas (confinadas), entre outros.

Se no âmbito produtivo Cristina é quem toma a frente – “geralmente, quem domina tudo é eu” (E. Cristina, Arroio do Padre, set./2012) –, em casa, ela pouco exerce seu papel reprodutivo, doméstico. Segundo informa, as criações tomam por demasiado seu tempo, dificultando a execução de tarefas, como limpar a casa, lavar roupa, preparar as refeições (que geralmente ficam a cargo de sua mãe, que possui residência na propriedade), etc.

[...] É assim a minha vida, é corrida. Eu não sei o que é domingo, eu não sei. Vai direto [...]. A

minha casa não é muito limpa, porque eu não tenho tempo. [...] Então eu tenho que ir limpando [...]. Passo um pano aqui, outro ali [...]. Faço o que posso. (E. Cristina, Arroio do Padre, set./2012)

Conforme evidenciado no excerto, a agricultora faz o possível para manter as atividades nas esferas produtivas e reprodutivas. Trabalha com as criações, participa das reuniões dos grupos da Emater, das cooperativas, sindicatos, cultiva sua pequena horta e organiza a casa, pouco contando com a participação do marido, que quase não está em casa, haja vista que trabalha como inseminador dos rebanhos na região e, também, no cartório do município.

Ao contrário dessa agricultora, Carla abandonou a produção leiteira para se dedicar à produção de hortaliças em sistemas de produção de base ecológica. A família iniciou a transição agroecológica em 2000 e, desde 2012, a propriedade foi declarada oficialmente como 100% Agroecológica (ou orgânica, de acordo com a lei 10.831/2003)¹⁷.

É válido ressaltar que, no caso dos processos para a certificação orgânica, procedem duas questões. Uma delas tange ao requisito de preenchimento do formulário de cadastro de produtor orgânico, gerado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA. Neste, comumente é o homem quem responde e assina. A outra, consequência da primeira, diz respeito à valorização das mulheres que, conforme se vê, não ocorre, haja vista que, nesta Declaração, não há o nome delas.

Embora o reduzido reconhecimento da agricultora pelo arcabouço normativo da produção orgânica, é possível inferir que ela sempre esteve presente nos processos atinentes à transição agroecológica em sua propriedade. Segundo afirma Carla,

[...] O meu marido trabalhava fora [...] e eu vendia leite. Comecei com quatro vacas. Quando nós começamos, com um tarro por dia nós fazíamos rancho e sobrava dinheiro. Depois, eu tirava três a quatro tarros e nem dava pro rancho [para a aquisição da cesta básica]. Ai, como isso não funcionava mais, nós começamos com a horta. [...] Doze anos, doze anos faz isso. [...] Nada com veneno, nada, nada. Aqui não tem nada com veneno e também não precisa. Eu não sei porque os outros botam tanto veneno, eu não sei. No tomate eles botam tanto veneno, tanto veneno, tem um cheiro a ovo até. Nós colhemos tomate tão bonito, tão graúdo, tão gostoso. É outro gosto! Tem um gosto bem doce. (E. Carla, Arroio do Padre, set./2012)

17 A propriedade de Carla está cadastrada na OCS/RS-03 – Organismo de Controle Social – conformada pela Cooperativa Sul Ecológica que, juntamente ao MAPA, emite a Declaração de Produtor Orgânico, essencial à efetivação dos compromissos da família agricultora aos mecanismos (e normativas) da certificação orgânica no Brasil.

É interessante destacar que, ao adentrar nos sistemas de produção de base ecológica, sua família logrou mudanças não apenas no quesito ambiental, haja vista que suas técnicas de cultivo pouco degradam o espaço natural, mas também em qualidade de vida. À medida que as práticas da agricultura de base ecológica se ampliavam em sua propriedade, eles se tornavam mais autônomos, menos dependentes de insumos externos.

Ainda assim, um olhar pouco atento à propriedade evidencia que a agroecologia precariamente alterou as relações entre Carla e o esposo no que tange à divisão social do trabalho. Quer dizer, embora a caminhada na agroecologia mostre avanços, perpassando os diversos níveis da transição agroecológica, não houve no âmbito familiar (por parte do esposo e filho) maior reconhecimento do trabalho de Carla na esfera produtiva (horta, com *status* de lavoura, e mercados), visto que permanece sob o estigma de “ajudante” (BRUMER, 2004). Outrossim, as tarefas assumidas pelo esposo e filho junto à horta, por esta receber a conotação de lavoura (os produtos cultivados na horta são o carro chefe da renda familiar), pouco correspondem a atuações na esfera reprodutiva (feminina). De maneira semelhante, o desempenho deles, esposo e filho, nas dinâmicas da casa (lavar, passar, limpar, cuidar, etc.) é praticamente nulo, segundo nos informa a interlocutora.

Eu nunca fui [fazer a feira] ainda [pois quem vai é o esposo]. [...]. Tem que ficar o tempo todo de pé. Eu tenho muita dor nas pernas, aí é brabo. [...] O meu marido vai pouco na lavoura, ele lava e disca as terras. O resto é tudo com ele [o filho]. [...] É ele [o marido] que manda em tudo, ele que sabe, ele que decide. [...] Ele é que manda. [...] Um tem que manda. Todos não podem mandar, pois aí não dá certo. (E. Carla, Arroio do Padre, set./2012)

No entanto, cabe salientar que, no transcorrer da entrevista, a agricultora se reconheceu como partícipe importante em todas as fases da produção, bem como na organização dos produtos para a feira. Do mesmo modo, revelou-se possuidora de informações e conhecimentos atinentes a atividade agrícola (cultivo de hortaliças). Conforme consta no trecho abaixo, ela também participa das determinações que tocam ao momento de cultivo, como identificar quais espécies serão cultivadas, em função do calendário lunar. Talvez esse saber acumulado determine sua legitimidade na esfera produtiva.

[...] todo dia não, mas toda semana tem que semear. Todo o sábado tem que semear. [...] Lá embaixo tem espinafre, umas couves... Nós decidimos [o que plantar]. [...]. Eu já sabia de casa [cuidar o ciclo lunar], da minha mãe, ela já fazia assim. (E. Carla, Arroio do Padre, set./2012)

É preciso reconhecer que o cenário desenhado se aproxima do que Menasche e Torrens (1996), Magalhães (2009), Heredia (2013) e outros autores trazem em suas análises ao refletir sobre a participação das mulheres no âmbito produtivo. Conquanto certas atividades sejam específicas da mulher, como preparar as mudas, capinas, colher, dentre outras, elas seguem a carregar o estigma de “ajudantes” – como é o caso de Carla que ajuda o marido. Para isso,

De modo geral, pode-se entender tal ordem das coisas a partir das imagens construídas dos papéis de homens e mulheres na sociedade. Seriam, assim, “próprias” do homem as atividades (e decisões) referentes ao espaço público, no caso tudo o que está relacionado ao exterior da propriedade: mercado e relação com dinheiro, relação com assistência técnica e capacitação profissional, formas de associação e representação, responsabilidade jurídica pela propriedade da terra... enfim, seria do homem o mundo da produção, entendida aqui como envolvendo as atividades voltadas para o mercado, geradoras de renda monetária, aquelas normalmente tidas como sendo “as que de fato importam”. Da mesma forma, seriam consideradas como “próprias” da mulher as atividades referentes ao espaço privado, que envolvem toda a gama de responsabilidades relacionadas à reprodução da família. Verifica-se, como consequência da presença difusa desses estereótipos, a dupla desvalorização do trabalho da mulher: seu trabalho nas atividades relacionadas à produção é considerado como sendo menor, ela apenas “ajuda”, mesmo quando seu tempo de trabalho nas atividades relacionadas à produção não é menor que o realizado pelo homem. Por outro lado, as atividades relacionadas à reprodução não são valorizadas: o que conta é o que dá dinheiro. (MENASCHE e TORRENS, 1996, p. 19)

Segundo Magalhães (2009 p. 285-286), as próprias instituições, como aquelas que desempenham os serviços de assistência técnica, em muito contribuem na manutenção da reclusão das mulheres no interior das “casas”, haja vista que “o acesso às novas tecnologias” é notadamente “condicionado pelas relações de gênero”. Na visão da assistência técnica, não raro, são os homens, chefes de família, os decisores que incorporam as inovações, não as mulheres. A situação para as mulheres torna-se ainda mais crítica quando tais inovações se objetivam em potencializar aquelas produções e cultivos próprios do âmbito reprodutivo, como a produção leiteira, equipamentos e insumos hortícolas, entre outros. Segundo Brumer (2004) e Heredia (2013), fatos como esse denotam certa apropriação (indevida) pelos homens, das atividades antes desempenhadas pelas mulheres – no caso de Carla, o esposo assumiu a horta.

No que concerne ao Arroio do Padre, há ainda um último caso a ser visitado. É interessante destacar que, já no início da entrevista, a interlocutora Raquel foi bastante enfática em afirmar não ser agricultora. Explicando sua trajetória e sua opção pela costura, afirma:

[...] a gente era pequena e tinha que trabalhar na lavoura pra ajudar eles [os pais]. Mas depois que eu casei [...]. Claro, eu sempre ajudei o meu marido. Mas agora eu não trabalho mais na lavoura, só uns pouquinhos. Eu tenho o meu serviço, eu faço costura. [...] Eu sempre tive paixão por costura. Com muita dificuldade eu fiz um cursinho e fui indo, fui indo. Costureira não se torna de uma hora pra outra, a gente tem que lutar muito pra chegar até ao ponto de dizer: eu sei. E aí, fui tirando cursinho, melhorando. [...] acho que eu fiz uns 4 cursos pra chegar onde eu estou. [...] Aí já melhorou. Quer ver o que eu e a minha irmã a gente fazia, a gente passava capinadeira. Não sei se vocês sabem o que é? Capinar com o cavalo puxando e nós, atrás. Nós tínhamos que fazer. O meu pai não tinha filho homem, coitado. Nós tínhamos que ajudar, nós tínhamos que ajudar, não tinha o que fazer. E aí, depois que eu casei, aí meu marido que faz. Ele tomou conta. Aí não precisou mais. [...] Se tiver que ir lá ajudar o meu marido, se ele diz: olha, eu tenho uma colheita, tenho que fazer, vai

vir chuva; ou, se ele diz: eu tenho que colher pra vender amanhã; eu solto [o que estiver fazendo], vou lá e ajudo ele. Agora, me dedicar só aquilo lá, não (E. Raquel, Arroio do Padre, set./2012).

Aqui é válido salientar que a prática da costura era, especialmente nos espaços rurais da região pesquisada, uma necessidade doméstica, tornando-se imperativo às mulheres rurais desenvolver tal habilidade para a confecção e reparo das vestimentas dos familiares. Logo, fazer cursos de corte e costura não significava, *a priori*, profissionalizar-se costureira. A opção em costurar “para fora” era incomum, mas existente.

Para a interlocutora, tal possibilidade se reveste de significado pelo interesse em não mais se sujeitar à penosidade dos trabalhos da lavoura. No entanto, em sua fala, há indícios de sua participação no espaço produtivo, gerido pelo esposo. Conforme se observa em sua fala,

Agora ele tá plantando milho, só pro gasto. Ele planta milho pra tratar as vacas. Tudo vai pra criação. Agora ele planta batata doce. Tivemos uma colheita muito boa de tomate esse ano. Eu até ajudava ele a colher, quando era preciso, quando ele tava muito sufocado [...]. Tão abrindo uma Cooperativa aqui no Arroio do Padre. [...] Agora, a gente planta e não joga fora. A gente tá vendendo. Nos outros anos, a laranja e a bergamota iam tudo fora. Feijão, sacos e sacos de feijão apodrecendo no galpão. Ia tudo pro lixo. Colocava na horta, pra fazer adubo. Agora, com a cooperativa, esse ano a laranja e a bergamota foi toda. [...] A cooperativa, eles levam pros colégios, Não só pros colégios, mas, com o tempo, vai ir para hospital e outras instituições. Aquilo que colher, não vai perder nada. (E. Raquel, Arroio do Padre, set./2012)

Diante do exposto sobre as mulheres agricultoras de Arroio do Padre, deflagra-se a relevante participação das entrevistadas nas dinâmicas do âmbito produtivo. Elas estão presentes na gerência dos cultivos (fumo e morango) e das produções (pecuária leiteira e frangos), no auxílio aos cônjuges nas lavouras de base ecológica e também na execução de tarefas não agrícolas como a costura. Menos frequente é, contudo, a participação deles, os maridos, nas tarefas reprodutivas, “da casa”.

É interessante destacar que essas mulheres reconhecem a importância da agroecologia para os espaços rurais, mas principalmente como alternativa produtiva aos sistemas convencionais (produzir alimentos sem o uso de agrotóxicos, por exemplo). Tal fato denota em suas trajetórias uma transição agroecológica ainda incipiente, pois que a reconhecem mais como um modelo de agricultura (WEZEL *et al.*, 2009), do que como processos de geração de “autonomia” (PLOEG e LONG, 1995) e empoderamento. Conforme elucidado no texto, há ainda alguns limitantes nas dinâmicas produtivas e reprodutivas dessas mulheres para que elas acedam à agroecologia, algo distinto do que ocorre em São Lourenço do Sul. Desse modo, torna-se fundamental compreender quais são efetivamente os fatores que incidem para tais diferenças.

3.1.2 As mulheres e a agroecologia no Município de São Lourenço do Sul

Diferentemente do ocorrido em Arroio do Padre – onde o grupo de mulheres surge a partir de um recente arranjo da Emater/Ascar, o qual converge às orientações das políticas públicas em voga (leia-se, principalmente, PNAE¹⁸ e PAA¹⁹) – no Município de São Lourenço do Sul, as iniciativas são mais longínquas. É precisamente o caso do Grupo Ecológico Faxinal, que se institucionaliza ainda na década de 1970.

Tal grupamento de mulheres começou a ser organizado pela Ascar (atualmente Emater) e pela Igreja Luterana na década de 1970. Cabe salientar que, neste período, a assistência possuía caráter eminentemente comunitário²⁰, verificando-se que as práticas adotadas estavam sintonizadas com o que hoje se concebe como processos de transição agroecológica.

Apesar de no período sequente haver ocorrido a superação desse formato pelo enfoque produtivista alicerçado na modernização agrícola, é válido ressaltar que o agrupamento de mulheres em questão manteve-se sólido, vinculado à terra e às antigas tradições. Conforme aclara a agricultora Francisca, as mulheres do grupo

[...] começaram com a ecologia ainda criança. Naquela época, a gente já trabalhava com verduras. Nós tínhamos aula na escola²¹. Eu sempre gostei. Sempre fui motivada, até pra comer. Eu gostava de todos os alimentos, de verduras. A professora nos ensinava, dizia que era bom pra saúde. [...] Naquela época, isso se chamava ASCAR, mas era através da Emater. [...] Naquela época, não se falava em veneno. [...] Não se usava esses tratamentos convencionais. Era muito difícil. Mas, depois, entrou aquele sistema que só trabalhava com grandes [agricultores capitalizados]. [...] Eu vi, nessa caminhada, que o esterco é mais saudável pras plantas e com menos custo. O adubo, tu tem que comprar, tu tem que pagar e aquilo vai embora, né [...]. (E. Francisca, São Lourenço do Sul, set./2013)

Observa-se que à medida que as novas formas de produzir no rural, trazidas pela modernização da agricultura, direcionavam-se para aqueles agricultores e agricultoras capitalizados, inviabilizavam os agricultores e agricultoras do Faxinal que, sem mais o formato comunitário da assistência, permaneceram à margem dos processos de desenvolvimento rural (sinônimo de crescimento econômico). Segundo a agricultora Flávia, na época da modernização conservadora da agricultura, quase não tinham alimento, tanto que a “[...]”

18 Programa Nacional de Alimentação Escolar.

19 Programa Nacional de Alimentação Escolar.

20 Segundo Rodrigues (1997) e Peixoto (2008), até os anos 1960-1970, o serviço de extensão rural no Brasil centrava suas ações no bem estar social das famílias, a partir da operação do que se veio a conhecer como Crédito Rural Supervisionado. Esta modalidade de política foi inspirada nas iniciativas do Governo Roosevelt, que o havia implementado nos Estados Unidos (EUA) com base no Serviço Cooperativo de Extensão e na noção de “Farm Security Administration” –, sem foco pré-definido nas linhas de produção.

21 É válido ressaltar que por “escola” a interlocutora se refere à comunidade e, especialmente, ao grupo de crianças que permaneciam na igreja, sob a tutela de figura feminina (a professora), enquanto os pais trabalhavam na lavoura.

batatinha era assim ó [faz gesto apontando para tamanho pequeno], essas coisas, tudo se passou, e aí, eles [o pastor da igreja luterana] viram isso, o Pastor, viu isso e [...] foi juntado os agricultores [...]” (E. Flávia, São Lourenço do Sul, set./2013).

Com o tempo, o pastor não dominava mais todas as fases da produção e, quando isto ocorreu, teve a ideia de aproximar o grupo dos técnicos do Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor - CAPA. É interessante observar que a presença do CAPA nessa comunidade possibilitou uma reflexão tanto das práticas produtivas (esgotamento dos solos) quanto reprodutivas (reduzida produção de alimentos) até então vigentes, as quais foram, paulatinamente, substituídas por outras, mais sustentáveis.

[...] Na agroecologia, a gente começou faz uns 12, 13 anos. [...] Mas isso aí é tudo uma mesma caminhada, que a gente entrou primeiro pra melhorar a saúde. A agroecologia foi depois. A gente não tinha nem ideia de como fazer um canteiro de cenoura direito. [...] Tinha horta em casa, todo ano tinha verdura. Mas, assim, o adequado como hoje, a gente aprendeu depois. [...]. (E. Flávia, São Lourenço do Sul, set./2013)

É relevante destacar que o CAPA, quando se aproximou do grupo de mulheres do Faxinal, reiterou a importância das informações e conhecimentos sobre saúde e higiene pessoal, pois, à época, não haviam postos de saúde na localidade. Neste ínterim, os encontros do grupo com o CAPA tinham por objetivo o preparo de chás e infusões, métodos de cultivo para as principais plantas medicinais, produção apícola²² (importância do mel e seus subprodutos para a saúde humana), entre outros.

Embora o cuidado seja coisa de “mulher”, no grupo Faxinal, quer pela distância do município, quer pela ausência de qualquer estrutura pública para a saúde ou, até mesmo, por considerar a apicultura um trabalho “pesado”, os homens se aproximaram do processo, as auxiliando nos trabalhos da esfera reprodutiva. Foi da conformação do grupo em misto (homens e mulheres) que surgiram as demandas a respeito dos processos de recuperação dos solos, sementes de qualidade, práticas de cultivo, entre outras. Nas palavras da agricultora Francisca,

22 Flávia esclarece que o curso de apicultor foi o primeiro realizado coletivamente pelo grupo de agricultores do Faxinal, quer dizer, foi um curso destinado tanto a homens quanto a mulheres.

[...] tanto foi que as mulheres batalharam, batalharam, que vimos que nós precisávamos dos nossos parceiros juntos [...]. Bastante batata a gente plantava. Tinha o soja também, mas não era tratado como hoje. Era plantado e atendia um pouco, não colhia muito bem. As terras foram se esgotando, não se recuperavam mais. Com o tempo, a gente teve que mudar. Aí entramos nesse plano do CAPA com curvas de nível e recuperação dos solos, plantar aveia e ervilhaca. Nós endireitamos, e muito, nossas áreas com ervilhaca. Aí, por fim, [...] a terra ficou forte, fértil. [...]. Valeu a pena... Aquelas erosões que se tinha nas lavouras, sumiram. [...] se não fosse o CAPA a nos incentivar, quem sabe a gente nem estaria tão bem como está hoje. (E. Francisca, São Lourenço do Sul, set./2013)

Há que se destacar que as atuações do CAPA não são exclusivas do grupo em questão. No que tange à aproximação da citada instituição com o público da agricultura familiar sulina, Ide (2008, p. 23) assevera que na

[...] primeira fase de atuação do CAPA havia a análise de que só com as forças institucionais não seria possível mudar a realidade e que seria fundamental entrar no campo das políticas públicas para reivindicar direitos e disputar recursos públicos com propósito de mudanças. Conseqüentemente [sic], houve um forte investimento do CAPA para fortalecer os grupos de agricultores para que eles mesmos pudessem ser sujeitos ativos para reivindicar e influenciar políticas públicas diferenciadas que atendessem as demandas dos diferentes grupos sociais do campo. Ao longo do tempo, foi criada uma grande quantidade de organizações populares de diversos tipos que começaram a atuar como sujeitos políticos em diversos espaços.

Em meio a esse processo de conformação de grupos ecológicos e de organizações da agricultura familiar é que foi fundada a Cooperativa Sul Ecológica (2001), conforme já comentado. Das cinco entrevistadas no Município de São Lourenço do Sul, duas (Flávia e Francisca) compuseram o grupo de sócios fundadores da cooperativa, constando seus nomes na ATA de fundação da mesma. A partir do momento que se tornaram sócias na cooperativa, ambas as interlocutoras engendraram em processos coletivos de trabalho, mobilizando os participantes do antigo grupo de mulheres a fim de criar o Grupo Ecológico Faxinal.

Apesar do trabalho do CAPA em prol da agroecologia, percebe-se que as famílias que compunham o grupo mantiveram em suas propriedades os cultivos convencionais. Quer dizer, afora a importância da agroecologia para sua sobrevivência – evidenciando estratégias de produção e reprodução consoantes à saúde física das pessoas e com práticas respeitadas ao ambiente –, todas as famílias do grupo mantiveram, em algum momento de sua trajetória, concomitâncias nos cultivos convencionais com os de base ecológica, tanto que, atualmente, das cinco propriedades analisadas, somente duas lograram o redesenho dos agroecossistemas (terceira fase da transição agroecológica), pois, nas outras três, o plantio do fumo ainda é mantido.

Nessa perspectiva, dentre as propriedades que passaram pelas fases da transição agroecológica, seguindo na crescente das dinâmicas da sustentabilidade, está a da agricultora Flávia. Observa-se que hoje sua propriedade é, de acordo com suas palavras, “100% agroecológica” (E. Flávia, São Lourenço do Sul, set./2013). No entanto, houve tempos em que o cultivo do fumo foi necessário, haja vista a manutenção da renda familiar (ela, o esposo, as filhas, os genros, etc.). Em sua fala,

A gente mudou muito [...]. A gente mudou de cultura, porque a gente plantava fumo também. Vinte e três anos plantando tabaco, fumo. E quando os filhos foram casando, foram embora e ficou só eu e ele, aí a gente mudou de cultura 100%. (E. Flávia, São Lourenço do Sul, set./2013)

Assim, percebe-se que o avanço dos cultivos na horta ocorreu, sobretudo, pela redução do número de trabalhadores. Ademais, os produtos da horta, que assumiram a posição de lavoura (conformação da renda do grupo familiar), são cultivados, de acordo com Flávia, em conformidade com os sistemas de produção de base ecológica, não recebendo em seu manejo qualquer tipo de insumo químico, a exemplo dos agrotóxicos. Diante disso, pode-se aferir que a responsabilidade pelos cultivos, nos dias de hoje, cabe à Flávia, tendo os trabalhos desempenhados por seu esposo, neta e nora (em regime de parceria) como complementares. Interessante observar na propriedade de Flávia uma coletivização feminina das tarefas e papéis socialmente desempenhados por homens, como lavar a terra, levantar canteiros, etc.

Não obstante a situação do esposo na lavoura, no âmbito da casa, ele assume atribuições femininas, como lavar, passar, limpar, etc. Tal relação entre eles é melhor explicitada no trecho abaixo, disposto em formato de diálogo.

Esposo (E) – Nós repartimos muito as coisas aqui, se ela diz que o almoço é comigo, tá, pode ser. / Flávia (F) – É, eu como a comida dele... / E – Se a criação é comigo, tá, pode ser. / F – Ou eu vou lá e trato as vacas [...] / E – Às vezes, nós estamos empatando [...]. Um levanta, o outro já levanta. / F – Vai lá e atira milho pras galinhas. / E – Eu também me levanto e trato os animais. Aí, depois, tomo café, faço pra gente [...] / F – Aí eu lavo a louça do café e saio pra horta. Deixo ele por aí... / E – Mas não na volta da casa! Eu tenho o meu trabalho aqui no outro lado. Eu trabalho com cebola! Aí depois, se to por perto da casa, o almoço vai ser comigo! / F – Aí, eu sigo mais um pouco na horta [...]. (E. Flávia e seu esposo, São Lourenço do Sul, set./2013)

A proposta em apresentar o trecho da entrevista de Flávia por meio do diálogo desenvolvido entre ela e o esposo condiz com a capacidade deste de abranger as relações que se estabelecem entre o casal, reforçando a ideia de coletividade (equidade²³) na execução das tarefas de casa e naquelas atinentes à horta que, neste caso, assume o status de lavoura. Conforme posto em suas falas, não há entre eles determinações impositivas (um determinando as atividades do outro), tampouco com a conotação de “ajudante” ou de “não-trabalho”, tendo por base sua gratuidade às dinâmicas familiares (BRUMER, 2004).

É importante ressaltar que Flávia é a pessoa que representa o Grupo Ecológico do Faxinal nas reuniões (que ocorrem a cada 3 meses) do Conselho de Administração da Cooperativa Sul Ecológica (formado pela equipe diretiva, mais um representante de cada um dos outros 24 núcleos de produção). Outrossim, é ela quem organiza a produção do grupo (planejamento de produção: quais produtos cultivados por cada integrante, quais quantidades colhidas, entre outros), repassando tal informação para a cooperativa, a fim de operacionalizar projetos como o PAA e PNAE. Cabe ainda a Flávia receber da cooperativa os pagamentos referentes à quantidade de produtos entregues, repassando os valores aos integrantes do grupo.

Com isso, compreende-se que a agroecologia, além de auxiliar nas técnicas de cultivo, demonstrando a viabilidade dos sistemas de produção de base ecológica, da sustentabilidade dos agroecossistemas, reafirma a importância da mulher nos espaços rurais. Nas palavras da agricultora Flávia,

[...] quando a Emater trabalhava aqui, era só com mulheres do comércio [...]. Aí, quando veio o CAPA, com a coisa do grupo de mulheres [...]. Sabe o que eles fizeram comigo? Tinha uma reunião lá na cidade, e aí a técnica do grupo disse que eu tinha que ir lá participar dessa reunião, que era pra mim chegar, como quem não quer nada, me sentar e escutar. E aí, eu tive que ir [...]. Mas eu passei uma vergonha [...]. Tu imagina eu, brega assim, da colônia, ir lá participar de uma reunião. E foi o que mexeu comigo [...]. O que comoveu tudo [...]. Aí se começou a dar força para as mulheres trabalharem aqui também. Aí depois, a gente fez até dia de campo [...]. Se encheu um ônibus de gente que veio aqui ver o que era uma associação [...]. (E. Flávia, São Lourenço do Sul, set./2013)

23 Aqui é preciso esclarecer que “igualdade” e “equidade” não são termos equivalentes. Imagine-se uma cena em que há três sujeitos tentando “ver” através de uma cerca. Há o sujeito maior, que enxerga perfeitamente sobre essa cerca, há outro, um pouco menor, que vê com certa dificuldade e, por fim, o terceiro, que tem sua visão impedida pela cerca.

Propiciar igualdade seria fornecer para cada um deles uma caixa, de tamanho igual, a fim de facilitar sua visão sobre a cerca. Com isso, todos veriam, mantendo, porém, campos de visão ainda distintos. As diferenças de altura entre eles permaneceriam. Atingir a equidade implicaria em dispor de meios adequados (respectivamente, nenhuma caixa, uma caixa e duas caixas) para que ambos atingissem o mesmo campo de visão. Em suma, trata-se de considerar o diferente de forma diferente.

Conforme se observa no excerto, antes da atuação da equipe técnica do CAPA com o público da agricultura familiar na região, a assistência que ali se faziam direcionava-se mais para as grandes lavouras e para aqueles que tinham vínculos com o urbano (as mulheres do “comércio”). No entanto, a partir da insistência do CAPA, as mulheres rurais foram em frente para reivindicar melhores condições de vida e vivência para elas, suas famílias e comunidades nos espaços rurais.

Não obstante a importância do CAPA para a visibilização feminina no rural (farmácia caseira, segurança e soberania alimentar), aprimorando as técnicas de cultivo mais sustentáveis desenvolvidas na horta (melhoramento dos solos, emprego de infusões e chás no controle de invasoras, de insetos indesejáveis, etc.) e viabilizando a comercialização dos produtos deste espaço nos mercados locais, pela formalização da Cooperativa Sul Ecológica, Flávia assevera não “dar a receita” para ninguém, especialmente àqueles que se aproximam da agroecologia pelo propósito de atender aos mercados institucionais, pois,

[...] pelo baque que a gente teve agora [...]. A gente tava com medo, a gente não conseguia renovar o projeto. Agora, já tá renovado! Mas a insegurança [...]. Eu não dou receita pra ninguém [...]. Porque isso, sempre tá se correndo o risco. Então, não dá pra incentivar muito outras pessoas. Vá que uma hora dessas, esse projeto não renove [...]. Porque, tu vê, ele rolou um ano pra ser renovado [...]. Por isso que deu atraso nos pagamentos. [...]. Eu faço aquilo que eu posso. Eu não sou mais forçada [...]. Ninguém me diz o que eu tenho que fazer. Não viu ali, se eu quero sair, participar das reuniões, eu vou né! [...]. Nós temos esse vínculo [...]. Eu acho que isso, cada família tem que ter pra funcionar, pra ela se manter viva [...]. (E. Flávia, São Lourenço do Sul, set./2013)

Mais que o preconceito existente nas atuações femininas no rural – local determinado como masculino (atividades “pesadas”) em que as mulheres “ajudam” (BRUMER, 2004) –, as inconstâncias dos mercados por elas acessados (PAA e PNAE), como pagamentos em atraso e demoras na renovação, são vistos pelas interlocutoras, de forma geral, como os maiores entraves à ampliação da agroecologia na região. Ainda assim, Flávia reconhece que se não fosse a agroecologia, dificilmente conseguiria “lidar”, a sua “maneira”, com a terra. Segundo ela,

É [...]. Isso a gente vê pela recuperação do solo [...]. Tem um agricultor bem próximo aqui que era contra o terraço. Hoje ele fez terraço na propriedade dele, esse ano ele fez terraço. Então, tu imagina, há 35 anos já existia o terraço na lavoura daqui de casa, e recém hoje ele concordou em fazer. Isso porque o filho teve que brigar com o pai pra ter terraço na lavoura. Então, vocês vêm o quanto isso é difícil [...]. Mas é uma coisa boa né, que é mudar, preservar [...]. Eu amo a terra! Pra mim, a terra é uma bênção. Se eu tenho meio hectare de terra, isso é uma bênção pra mim lidar [...]. É uma terapia pra gente, trabalhar com a terra, né [...]. (E. Flávia, São Lourenço do Sul, set./2010)

Do mesmo modo, para Francisca, agricultora integrante dos sistemas de produção de base ecológica desde os tempos do grupo de mulheres – e produtora de fumo –, a agroecologia vai muito além dos aspectos produtivos, pois propiciou um (re)pensar dos papéis e espaços ocupados pelas mulheres no âmbito rural. Conforme suas palavras:

[...] a gente já experimentou essa caminhada da agroecologia [...]. Que é uma coisa séria! Já construímos lá [na propriedade], já conseguimos juntar muita gente pra esse fim [grupo ecológico]. Não é só nós aqui que achamos isso muito importante [...]. Se faz reunião, se encontra com outras pessoas, muda de ideia, vê outras ideias melhores e, como a minha amiga sempre diz, [...] se não fosse isso aqui, a gente nem chegava a passear em Pelotas [...]. A gente descobriu muito disso, do valor que a mulher tem, né. Porque há anos atrás a gente tinha o nome, a gente acompanhava, a gente tinha que acompanhar no serviço [...]. Não tinha escolha [...]. Hoje dá pra fazer uma escolha do gosto da gente, né! [...]. É uma renda a mais, uma renda pra saúde, melhora a saúde da própria família mesmo que [...]. Onde é que nós estávamos quando nós não conhecíamos o ecológico? (E. Francisca, São Lourenço do Sul, set./2013)

Embora Francisca afirme ser a agroecologia precursora de modelos de agricultura mais sustentáveis, há para ela a questão das relações sociais mais harmônicas propiciadas a partir da mesma. Segundo afirma a agricultora, “ele [o esposo] nunca foi contra a ecologia, sempre me ajudou, a gente tá muito bem organizado, não é aquela luta, ele me ajuda na ecologia e eu ajudo ele no outro serviço” (E. Francisca, São Lourenço do Sul, set./2013). Aqui, é válido enfatizar que, se para Francisca há boa relação entre ela e o esposo no âmbito produtivo, sobre o reprodutivo pouco ela comentou, haja vista a presença do esposo em parte circunstancial da entrevista.

Apesar da transição agroecológica e das dinâmicas crescentes da sustentabilidade expressas na propriedade de Francisca, há distinções de gênero no que tange aos papéis femininos e masculinos nos âmbitos produtivo (lavoura = masculino) e reprodutivo (casa, horta = feminino). A ela cabe gestar a organização da “casa”, da horta e “ajudar” na lavoura. Ao contrário, a ele, o esposo, compete notadamente os trabalhos na lavoura, no cultivo do “fumo”.

Retomando os aspectos “produtivos” da propriedade de Francisca, observa-se a concomitância entre os cultivos de base ecológica (a horta) e os convencionais (fumo), que tiveram êxito quando do casamento das filhas que, à época, compartilhavam a moradia e as plantações com os pais. Atualmente, a mão de obra empregada nessas atividades são, sobretudo, os braços de Francisca e do seu esposo, com a participação esporádica de alguns familiares, como Paula e Cláudia, que afirma: “é, a gente troca serviço com uma tia do meu pai” (E. Cláudia, São Lourenço do Sul, set./2013). Segundo Francisca,

[...] o fumo faz uns 15 anos que a gente planta e nós estamos aqui há 40 anos. [...] isso aí é coisa dos novos [...]. Uma filha casou, aí o cara era plantador de fumo [...]. Aí começamos a plantar o fumo porque as outras coisas não davam.... Se iludimos [...]. Sofremos muito com isso aí [...]. Nós não queríamos largar das outras culturas [...]. Aí foi um vice e versa de duas, três plantações²⁴ [...]. Elas ajudavam nós, mas foram se estressando [...]. Ainda plantam o fumo lá na casa delas, duas ainda plantam, a outra não. A outra não consegue mais nem reagir ao serviço normal de casa [...]. Aí eu pendi mais pra esse lado, pra ver se elas saem um dia do fumo [...] A gente tá lutando, tá vencendo, mas é difícil. Agora mais com essa, que deixou nós sem carregamento [...]. Foi um choque²⁵! [...] se existisse mercado garantido, esse ano eu já tinha largado a fumageira. (E. Francisca, São Lourenço do Sul, set./2013)

24 É importante destacar que, na propriedade da interlocutora Francisca, ainda que o fumo seja o carro chefe na conformação da renda familiar, concomitantemente ao cultivo do mesmo, foram, e ainda o são mantidos cultivos de base ecológica.

25 Aqui a interlocutora refere-se à demora na renovação do projeto do PAA no Município de São Lourenço do Sul.

Na visão de Francisca, o uso indiscriminado de “venenos” nas lavouras de fumo tem relação direta com o atual estado de saúde das filhas. Para ela, se não fosse tal plantio (exigente em mão de obra), poderiam “caprichar” mais nos cultivos da horta – “é outra vida, a gente tem ar puro, a gente, num dia como hoje, põe umas botas, uma capa de chuva, [...], uma chavinha como essa, olha, dá uma alegria, e [...] dá, dá renda” (E. Francisca, São Lourenço do Sul, set./2013) –, ao invés de ficar “encerrado” num galpão “no meio dos insumos, dos venenos” (E. Francisca, São Lourenço do Sul, set./2013). Mas, para isso, é imprescindível maior agilidade em relação aos mercados, sobretudo, PAA e PNAE.

A esse respeito, a agricultora Emília também “chama a atenção”. Participante do Grupo Ecológico Faxinal há menos de cinco anos, pouco conhecimento tem do grupo de mulheres aportado pelo CAPA. Ainda assim, mobilizou as mulheres do grupo ecológico e da Associação Faxinal para reivindicar, junto à Prefeitura Municipal, algum especialista que tratasse dos temas da “mulher” no âmbito rural (que explicasse questões relativas aos cuidados da mulher: saúde, alimentação, entre outros). Segundo informa, o atual grupo de mulheres se reúne mensalmente, tendo aporte de psicóloga para tratar de temas “delicados” (como problemas de alcoolismo, violência doméstica, etc.) e, por isso mesmo, pouco comentados com o “pessoal de fora”, pois “na nossa reunião das mulheres, [...] perguntam pra gente o que a gente faz lá, aí eu digo, vem e olha, que tem lugar pra ti também lá” (E. Emília, São Lourenço do Sul, set./2013).

Sobre sua trajetória, Emília por anos plantou fumo com o esposo, mas, quando da viuvez, somou-se à sogra nas atividades da “horta”, assumindo compromisso com a Cooperativa Sul Ecológica e abandonando por completo as plantações de fumo: “a minha sogra já estava no grupo e ela sempre me incentivava” (E. Emília, São Lourenço do Sul, set./2013). Quando indagada sobre as expectativas com os sistemas de produção de base ecológica em sua propriedade, enfatizou que sua vontade “agora é só aumentar” (E. Emília, São Lourenço do Sul, set./2013). Porém, para isso, é preciso que o

[...] mercado melhore né. Isso é muito importante [...]. A gente fez o levantamento, cada um teve que fazer o seu levantamento das abóboras, do que tinha e quanto tinha [...]. E acabou ficando boa parte aqui.... Aí nós estamos tratando os porquinhos né, porque não foi, não tinha como ir, tivemos que consumir na propriedade mesmo. (E. Emília, São Lourenço do Sul, set./2013)

É válido ressaltar que Emília, enquanto casada, morava ela, o esposo e o filho num prolongamento de alvenaria feito à continuação da estufa de fumo. A propriedade, o talão de produtor rural, a Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP, entre outros, estavam em nome do esposo, inviabilizando qualquer possibilidade dela retirar financiamentos, comercializar produtos, por exemplo. Se para Emília a situação já era difícil, quando o esposo veio a óbito, não mais manejou as lavouras de fumo (impossível de lidar sozinha, segundo ela).

Hoje, com o inventário feito, Emília logrou não apenas a aprovação do pedido para a construção de sua casa, através do Programa Nacional de Habitação Rural (criado à luz do Minha Casa, Minha Vida), mas também o protagonismo nos projetos de comercialização engendrados pela Cooperativa Sul Ecológica, como PAA e PNAE, e na Declaração de Produtor Orgânico, emitida conjuntamente pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e pela própria cooperativa (OCS RS – 03).

De acordo com Brumer (2004), a condição de viúva leva às mulheres rurais a atuarem nos espaços públicos, notadamente masculinos, como a lavoura e os mercados, haja vista a necessidade de tomar a frente nas dinâmicas da propriedade. De um modo geral, a viuvez afere às mulheres rurais status de “chefe de família”, de modo que elas assumam as mesmas responsabilidades anteriormente dos esposos. No entanto, sendo maiores os bônus, no que tange ao reconhecimento e à visibilidade, são maiores também os ônus, haja vista que elas, além de manterem-se ativas em todas as funções socialmente atribuídas às mulheres, como cuidar, lavar, limpar, etc., se ocupam das masculinas, as produções – situação em que se encontra Emília.

Mas não apenas a condição de viuvez confere às mulheres rurais maior carga de trabalho nas unidades produtivas. Há casos, como aqueles em que os homens, por motivos de força maior, pouco compartilham com elas, as esposas, as atividades atinentes à lavoura, raramente estando aptos para o serviço de “casa” (enquanto moradia e área de produção). Conforme esclarece a agricultora Paula:

[...] na lavoura, assim, tudo bem, mas quando o fumo tá debaixo da estufa, ele inventa alguma coisa [...]. Ou dá uma água pra uma criação [...]. Alguma coisa assim, sabe [...]. E a gente fica lá [...]. Se dá 3 mil varas

de fumo, aquelas 3 mil varas de fumo passam pelas minhas mãos e pelas mãos da minha filha, aquilo tem que ser atado, botado nos estaleiros e também tem que ser carregado pra dentro da estufa [...]. Na lavoura sim, ele carrega, mas também não apanha, ele bota nas trouxinhas e aí leva. [...] enquanto nós estamos em casa aqui, eles estão lá botando dinheiro fora. Todos os dias eles gastam mais de 10 reais na venda [...]. E se desse pra, por mês, quanto isso daria? (E. Paula, São Lourenço do Sul, set./2013)

A partir do fragmento acima, observa-se que Paula pouco conta com a mão de obra do esposo na execução dos serviços atinentes ao cultivo do fumo. Do mesmo modo, pela constância na “venda”, minimamente se percebe a presença dele, e consequente cooperação, nas dinâmicas da casa. Sobre este tema, a agricultora é explícita em evidenciar que praticamente todos os trabalhos desempenhados na propriedade, tanto produtivos quanto reprodutivos, são executados por ela e pela filha, a interlocutora Cláudia, a qual assevera que é normal

[...] o homem vai pra venda e a mulher [...] ficar em casa. [...] é que a gente é meio sozinha [...], eu e a minha mãe, [...] a gente troca serviço com uma tia do meu pai, [...] ajudamos eles a colher fumo, [...] ela vem aqui com o trator pra fazer o serviço e a gente vai lá, eu e a mãe. (E. Cláudia, São Lourenço do Sul, set./2013.)

Das atividades prestadas fora da propriedade (prestam serviços nas lavouras de fumo dos vizinhos) é que Paula obtém os recursos necessários à aquisição dos utensílios para a casa, incluindo eletrodomésticos e vestimentas para ela e para a filha, pois aqueles oriundos da comercialização do fumo, em geral, são empregados no pagamento de dívidas e na obtenção de insumos para a próxima lavoura. É válido ressaltar que, apesar da importância do cultivo do fumo, Paula e Cláudia optaram por também atuar na agroecologia, compartilhando as áreas de plantio com a sogra/avô, Flávia. Conforme aclara Paula,

[...] cheguei na agroecologia através da minha sogra [...]. Nós tivemos muito apoio do CAPA, aí vieram os técnicos [...]. E eu sempre estava junto com ela, sabe, assistindo, e muitas vezes até pensei em eu fazer a horta. Mas, por enquanto, eu não posso fazer isso, porque eu não tenho água suficiente pra isso, instrução suficiente pra isso e, minhas lavouras [...]. Porque onde se planta fumo, não se planta as coisas pra ecologia, por causa do veneno, então tem tudo isso [...]. (E. Paula, São Lourenço do Sul, set./2013)

Os casos que se desenham demonstram que, apesar das mulheres terem a fumicultura como prática recorrente em suas propriedades, são evidentes os avanços em direção à horta, cultivada de acordo com os preceitos da agroecologia e em conformidade com os sistemas de produção de base ecológica (ou orgânicos, de acordo com a lei federal n.º 10.831/2003). Porém, mesmo com as ampliações de possibilidades postas pela vivência agroecológica das interlocutoras, pouco expressivas foram as alterações no modo como se dão as relações entre homens e mulheres, no sentido de visibilizar e restituir de importância o trabalho delas.

Ainda que a caminhada na agroecologia mostre avanços, perpassando mesmo que incipiente os já citados níveis da transição agroecológica e das dinâmicas crescentes da sustentabilidade, foram reduzidos os casos investigados

que denotam certo prestígio das atividades desempenhadas pela maioria das interlocutoras, como cuidar da casa, limpar, lavar roupa, preparar as refeições, dentre outros, próprios do âmbito familiar, do lar.

4 REFLEXÕES FINAIS

Neste trabalho foram abordadas três realidades de mulheres agricultoras: aquelas que têm o fumo como a atividade principal; as que, ainda que o fumo componha as atividades na propriedade, também desempenham modelos de agricultura mais sustentáveis; e àquelas que só produzem agroecologicamente. Analisando estas experiências, é que o título deste estudo ganha expressão – mas afinal, em que medida a agroecologia potencializa os papéis dessas mulheres?

As argumentações que seguem revestem-se de significado quando direcionamos nossa lente para a área foco do estudo, qual seja, a região compreendida pelos municípios de Arroio do Padre e São Lourenço do Sul.

Parte expressiva de nossos dados apontam que, quando se trata de compreender os papéis das mulheres rurais na gestão das propriedades, independente do sistema produtivo empregado, se convencional ou de base ecológica (próprio da Agroecologia), os mecanismos utilizados são praticamente os mesmos – a elas são atribuídas tarefas excessivas (nos espaços produtivos e reprodutivos), bem como o *status* de ajudantes. Quer dizer, na ausência dos maridos, ou quando eles trabalham fora, são elas que assumem a frente dos espaços produtivos (lavoura e mercados), bem como as tarefas da casa. Nestes casos, observa-se maior sobrecarga de atividades sobre as mulheres, ocasionando o que Moser (1985) assume como dupla/tripla jornada de trabalho. Quando a família possui um chefe (seja esposo, irmão, sogro, avô ou filho) são eles que assumem, ao menos publicamente, as decisões e o comando na comercialização. Nessas situações, retoricamente, elas “apenas os auxiliam” na lavoura, ainda que a prática cotidiana seja revestida de atuação intensa.

Nota-se que em Arroio do Padre, a transição agroecológica ainda se dá de forma tênue, sendo reflexo da recente caminhada das mulheres agricultoras nesta direção. O Grupo de Mulheres aportado pela Emater é recente, sendo que o trabalho ali desenvolvido, voltado para práticas alternativas na agricultura, demanda tempo para amadurecer a ideia da Agroecologia como um modelo de agricultura (WEZEL *et al.*, 2009), para a reconhecer como processos de geração de “autonomia” (PLOEG e LONG, 1995) e empoderamento.

De outro lado, tem-se a vasta caminhada percorrida pelas mulheres agricultoras no Município de São Lourenço do Sul. Como pode ser observado ao longo das discussões, esse grupo de mulheres tem no movimento agroecológico a essência de sua sabedoria e sua trajetória enquanto grupo. Nesse sentido, elas têm buscado se empoderar por meio da crescente inserção nos espaços de produção e comercialização. Mesmo enfrentando limites para que efetivamente isso aconteça, o reconhecimento por parte das famílias sobre os papéis assumidos por essas mulheres, ainda que minimamente, mostra-se crescente.

Embora exista a consciência da importância do trabalho da mulher agricultora, não como mera ajudante e, sim, como protagonista no desenvolvimento das atividades e da tomada de decisões, isto se dá de forma mais

expressiva nos grupos em que a agroecologia está mais consolidada, e, de forma mais tênue, nos grupos em transição agroecológica.

Isso posto, reitera-se que a partir de um universo empírico, é possível perceber que a agroecologia possui em si os mecanismos essenciais para a promoção dos papéis das mulheres rurais (sobretudo autonomia e empoderamento). No entanto, o trabalho aponta para a necessidade de seguir buscando elementos sobre esse tema na região estudada, investigando a compreensão e o pensamento das instituições que trabalham diretamente com as mulheres, bem como as implicações do trabalho delas para o desenvolvimento da família e também da comunidade.

REFERÊNCIAS

ANDERSSON, F. BECKER, C.; ALTEMBURG, S.; CALDAS, N. V. A produção de base ecológica no território zona sul do Estado do Rio Grande do Sul: Controle social e protagonismo na agricultura familiar. **Revista de la Facultad de Agronomía (La Plata)**, v. 112 (SIAL), p. 62-72, 2013.

ARENDDT, H. **A condição humana**. 10ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007, 352p.

BAHIA, J. **O tiro da bruxa: identidade, magia e religião entre camponeses pomeranos do Estado do Espírito Santo**. 2000. 328 p.. Tese (Doutorado) – Curso de Pós-graduação RJ/MN/PPGAS. Universidade Federal do Rio de Janeiro, PPGAS, 2000.

BECKER, C. **Mercados institucionais e agricultura familiar: análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em municípios do território Zona Sul do Rio Grande do Sul**. 2010. 128f. Dissertação (Mestrado em Agricultura Familiar) – Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2010.

BONATO, A. A. **Desafios e potencialidades para a diversificação na agricultura familiar produtora de tabaco: Estudo a partir dos diagnósticos realizados nas Unidades de Produção Familiar da Chamada Pública de ATER para a Diversificação nas Áreas de Cultivo de Tabaco**. MDA/SAF/DATER, 2013, 107p.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, 160p.
BRANDENBURG, A. Movimento agroecológico: trajetória, contradições e perspectivas. **Desenvolvimento e Meio Ambiente (UFPR)**, Curitiba, v. 06, 2003, p.11-28.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos. 2015. Disponível em: <www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/Desenvolvimento_Sustentavel/Org%C3%A2nicos/CNPO%20dezembro%202014_MAPA1.xls>. Acesso em: 07/01/2015.

BRUMER, A. Previdência social rural e gênero. **Sociologias**, 2002, p. 50-81.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Análise multidimensional da sustentabilidade: uma proposta metodológica a partir da agroecologia. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, v. 03, n. 03, 2002, p. 70-85.

CAVALCANTE, T. M. O controle do tabagismo no Brasil: avanços e desafios. **Rev. Psiq. Clín.**, v. 32, n. 5, 2005, p. 283-300.

DELGADO et al. **Desenvolvimento Rural Sustentável**. Brasil rural em debate: coletânea de artigos. Brasília: CONDRAF/MDA, 2010, p. 363.

FERREIRA, A. mulher como o outro: a filosofia e a identidade feminina / Maria Luísa Ribeiro Ferreira. **Revista da Faculdade de Letras**, v. 23-24, 2006-2007, pag. 139-154.

GASSON, R.; ERRINGTON, A. **The farm family business**. Wallingford, Cab. International, 1993.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecología: procesos ecológicos en agricultura sostenible**. Turrialba, C.R.: CATIE, 2002, 359 p.

GLIESSMAN, S. R. The Framework for Conversion. In: GLIESSMAN, S. R.; ROSEMEYER, M. (Org.). **The Conversion to Sustainable Agriculture: Principles, Processes, and Practices**. Boca Raton, FL: CRC Press, 2010, 382p.

GRANDO, M. Z. **Pequena agricultura em crise: o caso da “Colônia Francesa” no Rio Grande do Sul**. Teses FEE, n.14, 1989, 209p.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

HEREDIA, B. M. A. **A morada da vida: Trabalho familiar de pequenos produtores no Nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca Virtual de Ciências Humanas do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2013, 150p.

IBGE, Cidades. Arroio do Padre. Produção Agrícola Municipal – lavouras temporárias. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=430107&idtema=137&search=rio-grande-do-sul|arroio-do-padre|producao-agricola-municipal-lavoura-temporaria-2013>>. Acesso em 23 de jun. 2015.

IBGE, Cidades. São Lourenço do Sul. Produção Agrícola Municipal – lavouras temporárias. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=431880&idtema=137&search=rio-grande-do-sul|sao-lourenco-do-sul|producao-agricola-municipal-lavoura-temporaria-2013>>. Acesso em 23 de jun. 2015.

IBGE. Censo Agropecuário, 2006. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri_familiar_2006_2/default.shtm>. Acesso em: 15 de Nov. 2014.

IDE, H. U. **A gente pega junto: protagonismo na agricultura familiar**. Porto Alegre: [s.n.], 2008, 116 p.

MAGALHÃES, R. S. A “masculinização” da produção de leite. **RESR**, v. 47, n 01, 2009, p. 275-300.

MENASCHE, R.; TORRENS, J. C. S. **Gênero e agricultura familiar: cotidiano de vida e trabalho na produção de leite**. Curitiba: DESER/CEMTR, 1996. v. 1. 107p.

MOSER, A. **A nova submissão: mulheres da zona rural no processo de trabalho industrial**. Porto Alegre: EDIPAZ, 1985, 128p.

PAULILO, M. I. S. O peso do trabalho leve. **Revista Ciência Hoje**, v. 5, n. 28, 1987, p. 64-70.

PEIXOTO, M. **Extensão Rural no Brasil – uma abordagem histórica da legislação**. Senado: Brasília, 2008, 50p.

PERROT, M. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Editora Contexto, 2013, 190p.

PINHEIRO, P. S. **Saberes, plantas e caldas: a rede sociotécnica de produção agrícola de base ecológica no Rio Grande do Sul**. 2010. 192f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Porto Alegre, 2010.

PLOEG, J. D. V.; LONG, G. V. **Beyond modernization**. The impact of endogenous rural development. Assen, The Netherlands: Van Gorcum, 1995.

RODRIGUES, C. M. Conceito de seletividade de políticas públicas e sua aplicação no contexto da política de Extensão Rural no Brasil. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 14, n. 1, p. 113-154, 1997.

SALAMONI, G.; WASKIEWICZ, C. A. SERRA DOS TAPES: espaço, sociedade e natureza. **Tessituras**, v. 1, n. 1, 2013, p. 73-100.

SCHNEIDER, M. Entre a agroecologia e a fomicultura: uma etnografia sobre trabalho na terra, cosmologias e pertencimentos entre camponeses pomeranos. **Etnográfica** [Online], v. 18, N. 03, 2014, p. 651-669.

SILIPRANDI, E. Um olhar ecofeminista sobre as lutas por sustentabilidade no mundo rural. In: PETERSEN, P. (Org.) **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009, p. 139-151.

THIRY-CHERQUE, H. R. Saturação em pesquisa qualitativa: estimativa empírica de dimensionamento. **Af-Revista PMKT**, 2009, p. 20-27.

WEZEL, BELLON; S. DORÉ; T. FRANCIS; C. VALLOD; D.; DAVID, C. Agroecology as a science, a movement and a practice. A review. **Agronomy Journal**, 2009, 13p

FABIANA DA SILVA ANDERSSON. Engenheira Agrônoma, Mestre em Agronomia, doutoranda do Programa de Pós-graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar (PPGSPAF), da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e integrante do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Agroecologia e Políticas Públicas para a Agricultura Familiar (Nupear) – Rua Araújo Viana, n.º 70, Bairro Simões Lopes, CEP: 96025-020, Pelotas, RS, BR – fabiansson@gmail.com.

NÁDIA VELLEDA CALDAS. Profa. Dra. da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel (FAEM), Departamento de Ciências Sociais Agrárias, Campus Universitário, s/n, Caixa Postal 354, Capão do Leão, RS, BR, CEP: 96160-000 – velleda.nadia@gmail.com.

CATIA GRISA. Profa. Dra. da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) – Campus Litoral Norte - Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia, Departamento Interdisciplinar da Direção Acadêmica do Campus Litoral Norte. Campus Litoral Norte n. 1700, Emboaba, CEP: 95590-000, Tramandaí, RS, BR – catiagrisa@yahoo.com.br

Submetido em: 09/08/2015

Aprovado em: 13/04/2017